

MENSURAÇÃO DO TRABALHO ASSOCIADO NO BRASIL E POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA A RECOMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA¹

Felipe Vella Pateo²

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária pode ser entendida como um fenômeno social que, ainda que apresente raízes históricas profundas, foi conceituado de forma relativamente recente, com as primeiras menções ao termo surgindo na América Latina na década de 1980, sendo este utilizado e mais disseminado no Brasil a partir das publicações de Paul Singer na década de 1990 (Pateo, 2021).

À medida que os atores em torno da economia solidária se organizaram e conquistaram a constituição de um campo de políticas públicas tornou-se claro que a delimitação do fenômeno e a tradução das construções conceituais em critérios operativos de identificação dos sujeitos da política pública seria uma das primeiras tarefas fundamentais para a sua institucionalização. No plano internacional, esse tema tem ganhado escala, sendo levado a debate nas Nações Unidas (Morais, 2021) e na última Conferência Internacional de Estatísticos de Trabalho – Ciet (Pateo e Montagner, 2024).

No caso brasileiro, a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003, e a posterior constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) permitiram a realização de um processo de coconstrução (Lemaitre e Richer, 2015) de critérios e procedimentos de delimitação consensuados entre governo e sociedade civil que culminaram na construção do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – Cadsol (Antunes e Conti, 2020). Não obstante, o intenso processo de desmantelamento da política pública de economia solidária a partir de 2016 (Silva, 2021) causou uma descontinuidade grave também nos sistemas de informação construídos.

Em 2023, a (re)construção da Senaes em um cenário político e orçamentário desafiador aponta para a necessidade não só de retomada dos acúmulos históricos na construção da política pública, mas também de proposições que caminhem para uma maior integração e institucionalização da economia solidária nos sistemas públicos nacionais, incluindo o sistema de estatísticas públicas.³

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/espp1>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). E-mail: felipe.pateo@ipea.gov.br.

3. Sobre a reconstrução da Senaes, ver Ipea (2024).

Até o momento, houve poucos trabalhos que se dedicaram a estudar o potencial das diversas pesquisas amostrais para entender a realidade.⁴ Este estudo busca avançar nessa perspectiva apresentando a tabulação dos resultados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e avaliando a aderência de seus conceitos e resultados obtidos com aqueles historicamente produzidos pela Senaes. Dessa forma, propõe-se a realização de um melhor aproveitamento de uma das pesquisas domiciliares mais consolidadas do sistema estatístico nacional para identificar e visibilizar a presença da economia solidária no país.

Para alcançar esse objetivo, a seção 2 resgata brevemente o processo de construção e os consensos afirmados em torno dos critérios operativos a serem utilizados para delimitar a economia solidária no país mediante mapeamento nacional da economia solidária. A seção 3 apresenta a questão sobre trabalho associado inserida na PNAD Contínua e a sistematização das características dos trabalhadores associados identificados na pesquisa. A seção 4 apresenta reflexões sobre a aderência dos dados de trabalho associados da PNAD Contínua aos dados do mapeamento da economia solidária. Por fim, a conclusão apresenta sugestões para o aproveitamento dos trabalhos realizados pelas instituições públicas de pesquisa e informação no novo ciclo de construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Espera-se com isso contribuir com a consolidação e o aperfeiçoamento de mais uma fonte de dados para a visibilização, o dimensionamento e a orientação da política pública de economia solidária no Brasil.

2 UM MUTIRÃO EM CONSENSO: BREVE SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DA DELIMITAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Como aponta Motta (2010), ao relatar o processo de construção estatística da economia solidária, qualquer processo de delimitação reconhecido pelo Estado retira a autonomia dos atores da sociedade civil, oferecendo, em contrapartida, a capacidade estatal de fazer existir realidades. Frente a esse dilema, a estratégia utilizada na gestão da Senaes para a construção pioneira do Sies foi a de garantir o máximo de participação possível, reafirmando a existência de “um mutirão nacional na gestão do SIES” (Brasil, 2012, p. 125).

Essa proposição se refletiu na criação, em 2004, de um grupo de trabalho (GT) entre governo e sociedade civil, denominado GT Mapeamento. Optou-se por trabalhar a partir da experiência de organizações da sociedade civil (OSCs) que já haviam realizado ações de mapeamento de iniciativas de economia solidária, estabelecendo-se um processo participativo de construção de um conceito único, porém aberto o suficiente para ser aplicado em uma realidade que se supunha heterogênea e diversa.⁵ Reconheceu-se ainda que o processo inicial de levantamento e conhecimento das experiências deveria contribuir para o aprimoramento dos conceitos técnicos e indicadores inicialmente propostos.

4. Uma exceção é o registro de limitações e possibilidades conceituais realizado por Moraes *et al.* (2024).

5. Cabe registrar que esse caminho escolhido foi também resultado de dificuldades, à época, para mobilizar e sensibilizar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ipea a fim de contribuir no processo de identificação da economia solidária no país (Brasil, 2012).

Esse processo de construção participativa teve como um de seus resultados a construção de uma grande convergência entre governo e sociedade civil em torno do conceito de empreendimento econômico solidário (EES), que passou a ser utilizado tanto como forma de identificar o sujeito da política pública quanto a unidade organizativa participante dos fóruns de economia solidária no Brasil.⁶ A primeira normativa a oficializar este conceito foi a Portaria MTE nº 30, de março de 2006, que instituiu o Sies. Na sequência, uma versão relativamente mais enxuta foi citada pela primeira vez em uma legislação federal pelo Decreto Presidencial nº 7.358/2010, que instituiu o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Dois anos depois, uma versão mais detalhada foi apresentada no Projeto de Lei nº 4.685/2012, que propôs a criação da Política Nacional de Economia Solidária (PNES), posteriormente substituído pelo PLS nº 6.606/2019 ratificado em dezembro de 2024, na Lei Nacional de Economia Solidária.

Durante esse intervalo, houve também a instituição do Cadsol, instituído por portaria ministerial em 2014 e reinstituído após a promulgação da lei da economia solidária, estabelecendo critérios operacionais para a identificação dos EESs e permitindo novas adesões de empreendimentos que buscaram o seu reconhecimento para a política pública.

Para o restante deste trabalho, a referência conceitual utilizada está contida nos critérios da Portaria do Cadsol discutidos na reunião do CNES ocorrida nos dias 16 e 17 de dezembro, que estabeleceu os critérios operacionais descritos a seguir.

- 1) Participantes: número mínimo de três integrantes, sendo de dois ou mais núcleos familiares.
- 2) Modelo de organização: exercício democrático da gestão das atividades econômicas e decisão sobre a partilha dos seus resultados.
- 3) Atuação: realiza atividades econômicas, exceto intermediação de mão de obra subordinada.
- 4) Forma jurídica: diferentes formas societárias ou não formalizados.

3 ASSOCIATIVISMO COMO CARACTERÍSTICA ADICIONAL DO MERCADO DE TRABALHO NA PNAD CONTÍNUA

A PNAD Contínua consiste em uma entrevista realizada trimestralmente em centenas de milhares de domicílios brasileiros, sendo cada família visitada em cinco trimestres consecutivos, permitindo assim um acompanhamento longitudinal da sua realidade socioeconômica. Este desenho da pesquisa contempla a realização de perguntas apenas uma vez, em visitas específicas, sobre assuntos que não adentram o questionário completo. É esse o caso das questões referentes às chamadas *características adicionais do mercado de trabalho*, incluídas nas primeiras visitas às famílias entrevistadas.

Esse suplemento apresenta uma pergunta direcionada exclusivamente àqueles trabalhadores que previamente se identificaram como trabalhadores por conta própria ou empregadores no trabalho principal: “era associado à cooperativa de trabalho ou de produção, ou ainda, era membro de associação ou de grupo de produção”?

6. Para uma caracterização geral dos EES no Brasil, ver Silva (2020b).

A aplicação exclusiva para trabalhadores que se identifiquem previamente como empregadores ou trabalhadores por conta própria apresenta uma vantagem para a comparação com a economia solidária, uma vez que os trabalhadores que participam de cooperativas falsas ou fraudulentas provavelmente se identificam como trabalhadores subordinados, sendo identificados como assalariados sem carteira.

Outra vantagem é a abertura para a identificação de participação em grupos informais de produção, em correspondência com a discussão da economia solidária brasileira. Por sua vez, a pergunta circunscreve a participação em espaços relacionados ao trabalho ou à produção, não abrangendo o conjunto amplo de atividades econômicas possíveis no conceito de empreendimento de economia solidária, conforme síntese abaixo.

QUADRO 1
Comparação conceitual

EES	Trabalhador associado na PNAD Contínua
Um coletivo com caráter associativo.	Participa de cooperativa, associação ou grupo informal.
Gestão e alocação dos resultados é democrática.	Não se considera um trabalhador assalariado, com relação de dependência.
Desempenha atividades econômicas.	Faz parte de um coletivo para trabalho ou produção.

Elaboração do autor.

Segue então um conjunto de análises descritivas de diferentes dimensões informativas tabuladas a partir dos dados da PNAD Contínua.

3.1 Resultados e distribuição territorial dos trabalhadores associados

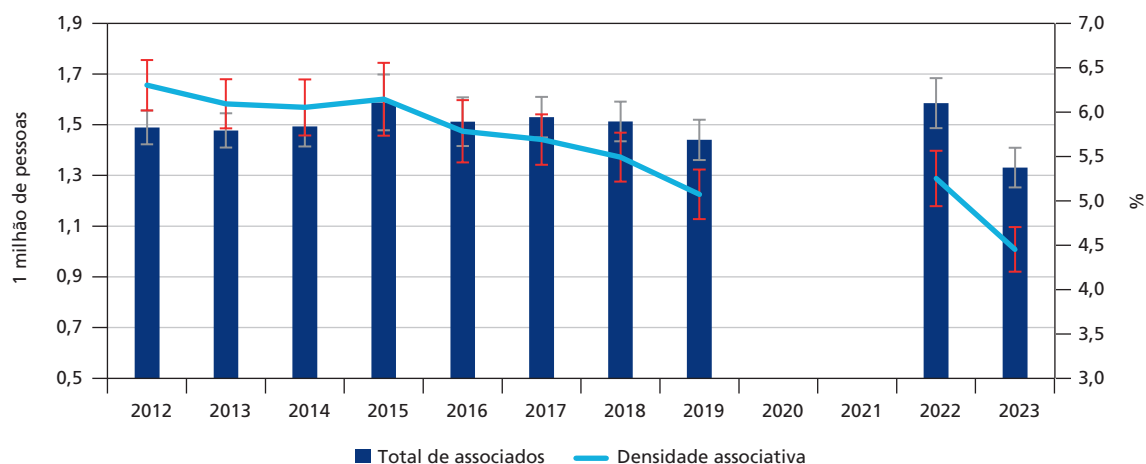
Nesta subseção são apresentados os resultados encontrados após a aplicação da referida pergunta na PNAD Contínua no período 2012-2023, com os gráficos apresentando a margem de erro para um intervalo de confiança de 95%. Os trabalhadores que responderam positivamente à pergunta descrita serão identificados daqui para frente como trabalhadores associados.

Considerando a margem de erro, o número total de trabalhadores associados esteve entre 1.200.000 (em 2023) e 1.700.000 (em 2015 e 2022). Em termos absolutos, verificam-se variações relativamente baixas no total de trabalhadores associados, tendo a variação superado a margem de erro apenas na queda entre 2022 e 2023.

Outra forma de se verificar a importância do trabalho associado no mercado de trabalho brasileiro é por meio do cálculo da taxa de densidade associativa, entendida como a proporção de trabalhadores associados em relação ao total de trabalhadores por conta própria e empregadores (o conjunto que pode ser considerado associado nos critérios da PNAD Contínua). Nesse caso, torna-se mais visível a existência de um declínio na densidade associativa desde o fim da política pública de economia solidária em meados de 2016.

GRÁFICO 1

Trabalhadores associados e densidade associativa no Brasil (2012-2023)



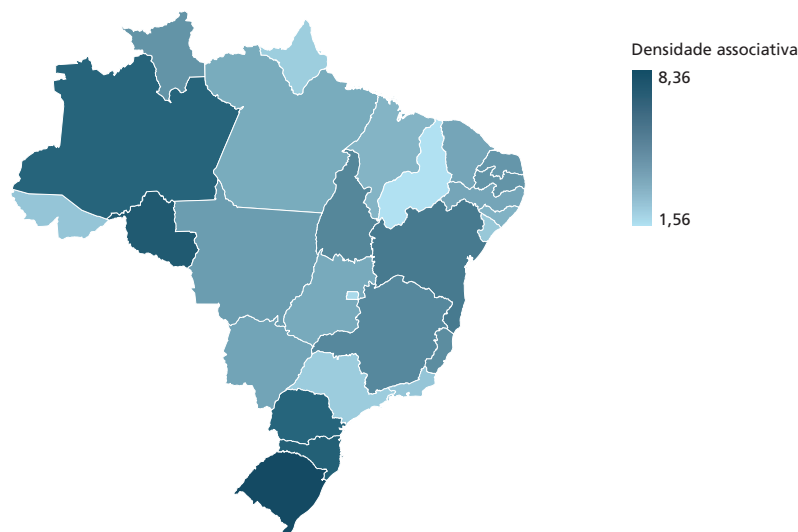
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração do autor.

Essa densidade associativa tem uma variação importante entre as Unidades da Federação (UFs), conforme demonstrado pelo mapa de calor (figura 1), construído para o ano de 2023.

FIGURA 1

Densidade associativa por UF (2023)

(Em %)



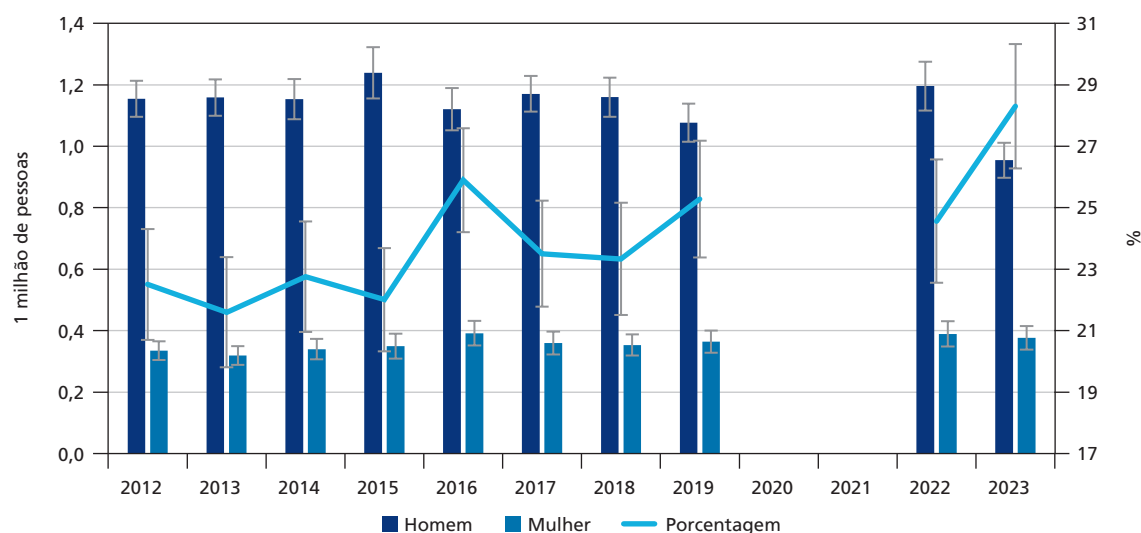
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração do autor.

A forte densidade associativa na região Sul é esperada, tendo em vista a presença de tradição cooperativista e associativista, bem como no caso da Bahia, visto que o estado tem uma das

mais fortes tradições de manutenção de políticas públicas de economia solidária (Silva, Moraes e Santos, 2020). Os resultados foram mais surpreendentes no Amazonas e em Rondônia (com alta densidade) e no Piauí (como baixa densidade). A baixa densidade associativa pode ser esperada em grandes centros urbanizados como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Passando à análise das características dos trabalhadores associados, chama a atenção a baixíssima participação de mulheres.

GRÁFICO 2
Distribuição por sexo (2012-2023)



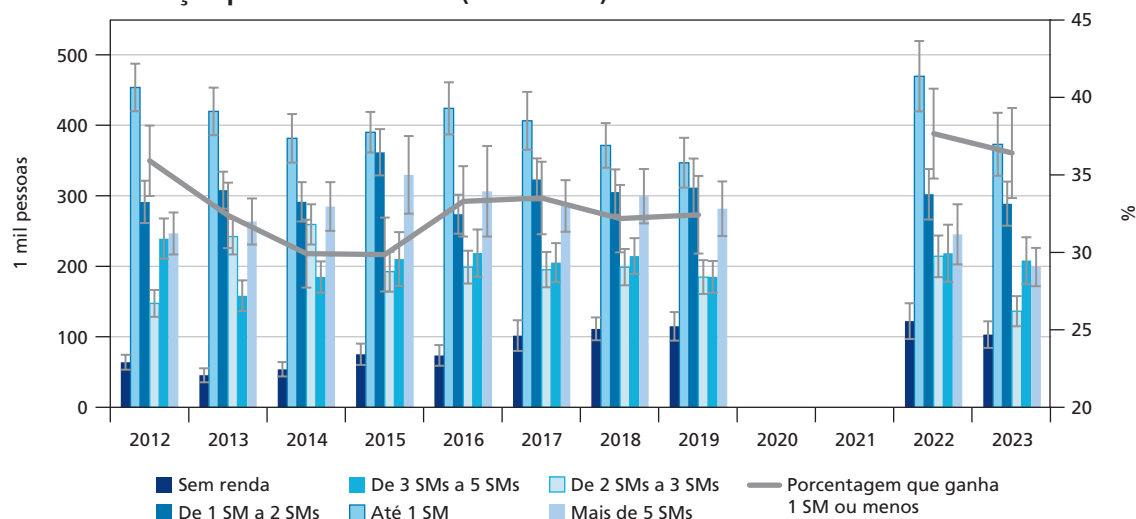
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração do autor.

Uma das razões que pode explicar o baixo percentual de mulheres são as atividades econômicas predominantes entre trabalhadores associados localizados pela PNAD Contínua, tema que será retomado na próxima subseção.

3.2 Características econômicas do trabalho associado

Passando a uma análise da situação econômica dos trabalhadores associados, verifica-se uma piora nas condições de renda a partir do desmantelamento da política pública, que pode ser percebido tanto pelo crescimento do quantitativo de trabalhadores sem renda quanto pelo crescimento da porcentagem de trabalhadores que ganham até 1 salário mínimo (SM) a partir de 2016.

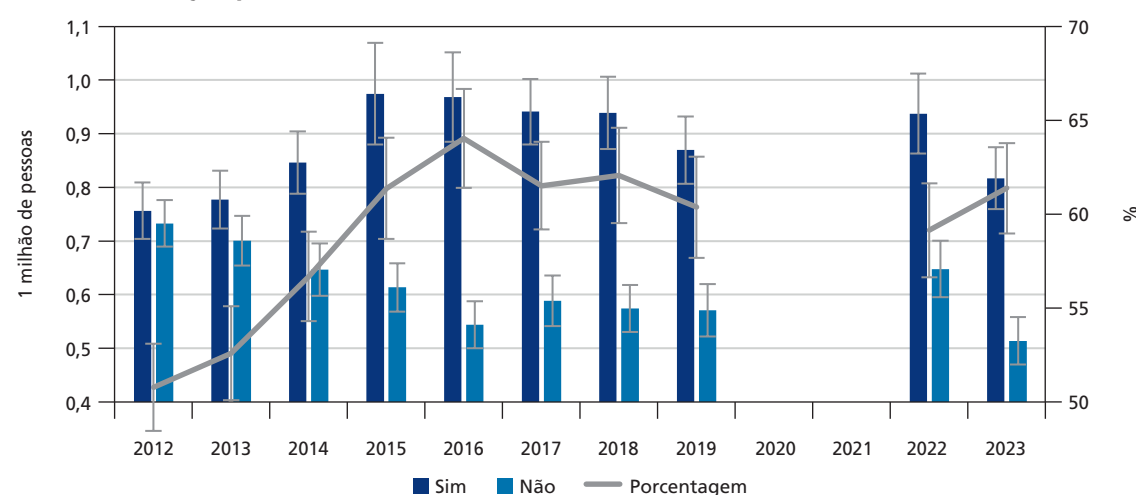
GRÁFICO 3
Distribuição por faixa de renda (2012-2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração do autor.

Interessante perceber que, mesmo considerando uma situação econômica difícil, a taxa de contribuição para a Previdência do trabalhador associado é relativamente alta, com crescimento bastante relevante até 2016.

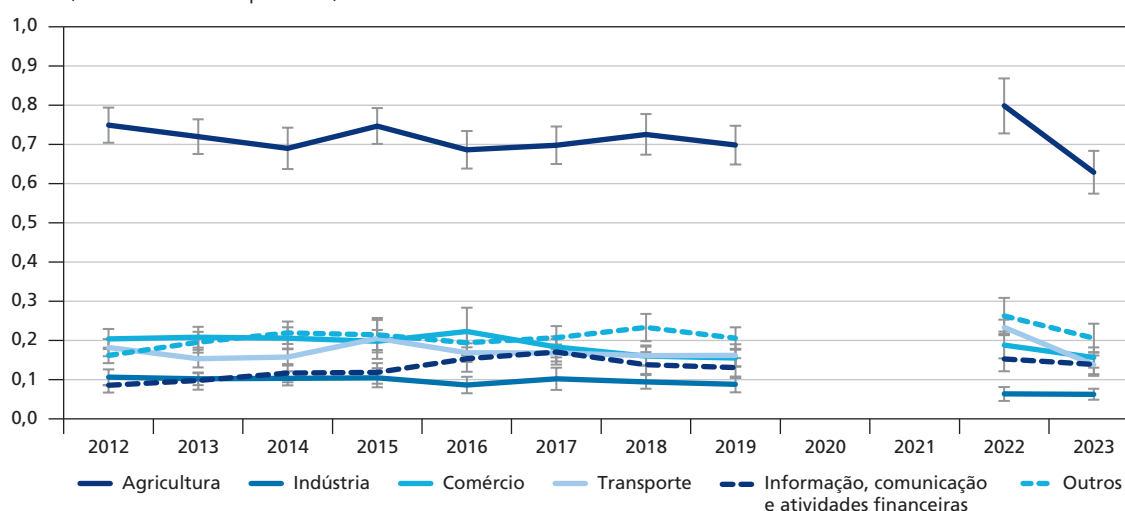
GRÁFICO 4
Contribuição para a Previdência (2012-2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração do autor.

Passando a um olhar para a atividade econômica, verifica-se grande concentração de trabalhadores (em torno de 50%) na seção Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) domiciliar que envolve *agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*. Na sequência, aparecem as seções de comércio, de transporte e a seção que conjuga *informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*. A prevalência do associativismo na agricultura é um fato bem conhecido, enquanto a forte presença do setor de transporte indica a participação relevante de cooperativas de taxistas e caminhoneiros.

GRÁFICO 5
Distribuição por setor (2012-2023)
(Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração do autor.

Mais inesperada foi a presença do comércio, que tem como seção CNAE predominante o comércio de artigos de vestuário, o que pode estar relacionado com associações e lojas de artesanato. Entre os serviços administrativos, o destaque foi a classe econômica conformada por atividades jurídicas, econômicas e de consultoria, o que demonstra a presença do associativismo entre os profissionais liberais. A questão setorial será retomada na próxima seção, que busca identificar a aderência dos resultados da PNAD Contínua com os do mapeamento da economia solidária.

4 O ASSOCIATIVISMO NA PNAD EM COMPARAÇÃO COM O MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção será realizada uma aproximação entre os dados de associativismo obtidos da PNAD Contínua e os resultados do último mapeamento da economia solidária, concluído em 2013. O objetivo é, ao verificar a aderência dos resultados da PNAD Contínua com o resultado de um mapeamento com grande legitimidade junto aos atores do subsistema de políticas públicas de economia solidária, provocar reflexões que apontem novas bases para a necessária retomada do Sies.

De início, cabe a ressalva de que o mapeamento não se propôs a ser um censo da economia solidária nem uma pesquisa com base em amostra estatística. Neste sentido, a Senaes reconheceu que “possivelmente ainda existem milhares de EESs a serem identificados e caracterizados” (Brasil, 2012, p. 132). Além da própria diferença de finalidade inicial, o mapeamento encontrou desafios operacionais sérios na sua implementação nesse período (Cunha, 2012), implicando também diferenças regionais de mobilização e de rigidez na análise dos critérios de delimitação da economia solidária (Ogando, 2013).

Os resultados do segundo mapeamento, conduzidos entre 2009 e 2013, apontaram a existência de 19.708 EES, compostos por 1.423.631 associados. Considerando que a PNAD Contínua se refere apenas a atividades relacionadas a trabalho, foi aplicado um filtro nestes resultados para considerar apenas os trabalhadores daqueles empreendimentos que declararam realizar coletivamente pelo menos uma das seguintes atividades: i) produção; ii) comercialização ou organização da comercialização; iii) prestação de serviço ou trabalho a terceiros; e iv) obtenção de clientes ou serviços para os sócios.

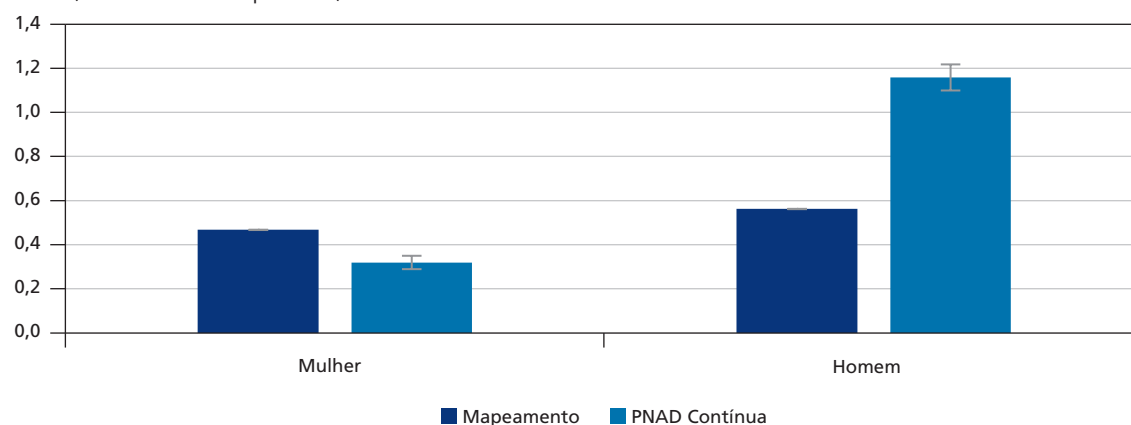
Dessa forma, o resultado obtido foi de 15.910 empreendimentos com 1.030.882 trabalhadores. Considerando-se o intervalo de confiança, a diferença com a PNAD Contínua 2013 varia entre 380 mil e 514 mil trabalhadores. Interessa notar que a diferença guarda sinais distintos entre os sexos, com o mapeamento apresentando ao mesmo tempo mais homens e menos mulheres.

Nos debates realizados no âmbito da economia solidária para identificar motivos de predominância de homens sobre mulheres no mapeamento, entre as hipóteses mais difundidas, está a de que nos grandes empreendimentos rurais os homens são considerados sócios e as mulheres, apesar de participarem de forma familiar no trabalho produtivo, não são consideradas sócias (Kuyven, Gaiger e Silva, 2020; Silva, 2020b). Como o peso das atividades agrícolas é maior na PNAD Contínua, é coerente que a discrepância entre homens e mulheres seja também maior. Essa explicação adequa-se aos resultados encontrados.

GRÁFICO 6

Comparação entre mapeamento e PNAD por sexo: geral

(Em 1 milhão de pessoas)

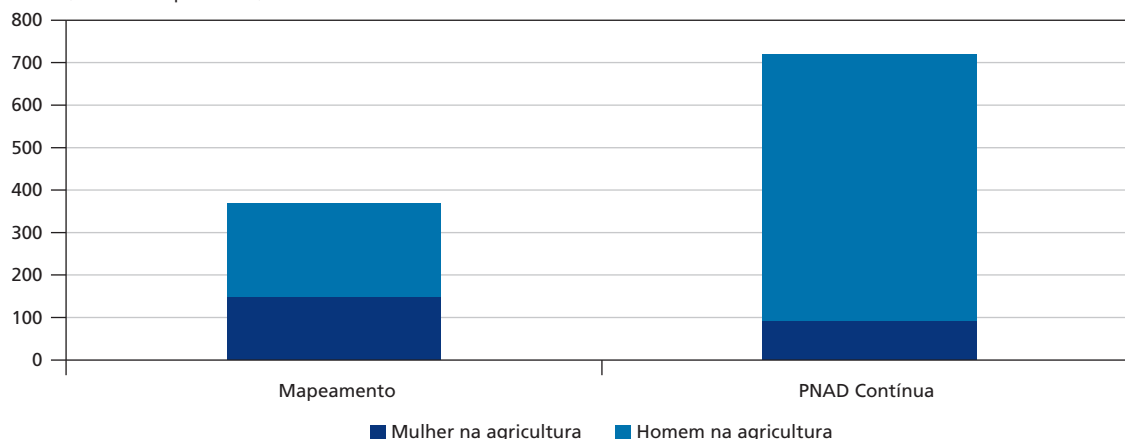


Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Sies/MTE.
Elaboração do autor.

GRÁFICO 7

Comparação entre mapeamento e PNAD por sexo na agricultura

(Em 1 mil pessoas)



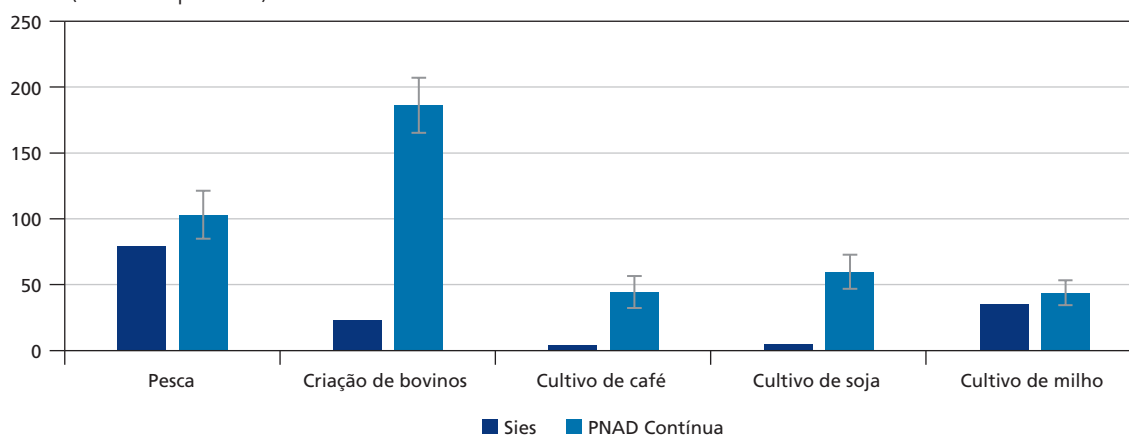
Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Sies/MTE.
Elaboração do autor.

Verifica-se que a agricultura realmente explica uma grande parte da discrepância entre homens e mulheres entre as pesquisas. Um olhar para as diferentes atividades de agricultura pode ajudar a explicar por que mesmo dentro do setor agrícola a proporção de mulheres é bem menor na PNAD Contínua.

GRÁFICO 8

Comparação entre mapeamento e PNAD nas principais seções da agricultura

(Em 1 mil pessoas)



Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Sies/MTE.
Elaboração do autor.

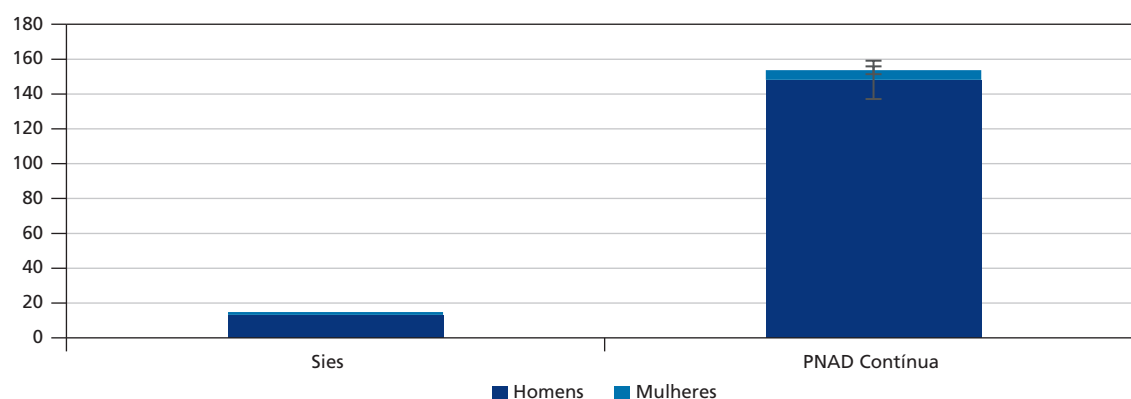
Percebe-se que a maior discrepância entre as duas pesquisas se encontra em cultivos caracterizados por maiores propriedades e maiores retornos econômicos, conformados por proprietários de cooperativas compostas por grandes produtores rurais que se distanciam da agricultura familiar.

Situação semelhante é verificada também na discrepância presente no setor de transporte (gráfico 9). Neste caso é possível perceber que a não inclusão de grande parte das cooperativas de taxistas e caminhoneiros no mapeamento da economia solidária esteja relacionada a uma não identificação com os princípios e a identidade do movimento de economia solidária, o que acaba por favorecer a maior identificação de trabalhadores com renda na PNAD Contínua (gráfico 10).

GRÁFICO 9

Comparação entre mapeamento e PNAD por sexo no transporte

(Em 1 mil pessoas)



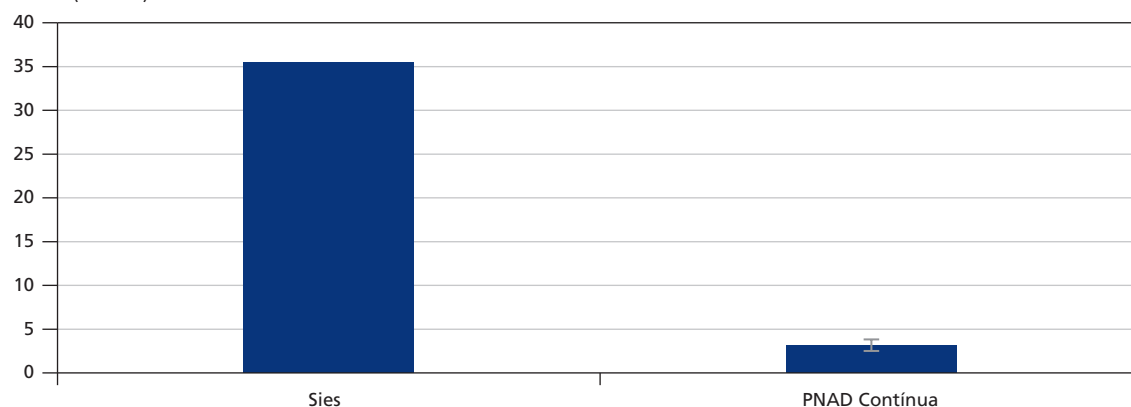
Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Sies/MTE.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 10

Trabalhadores sem remuneração

(Em %)



Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Sies/MTE.

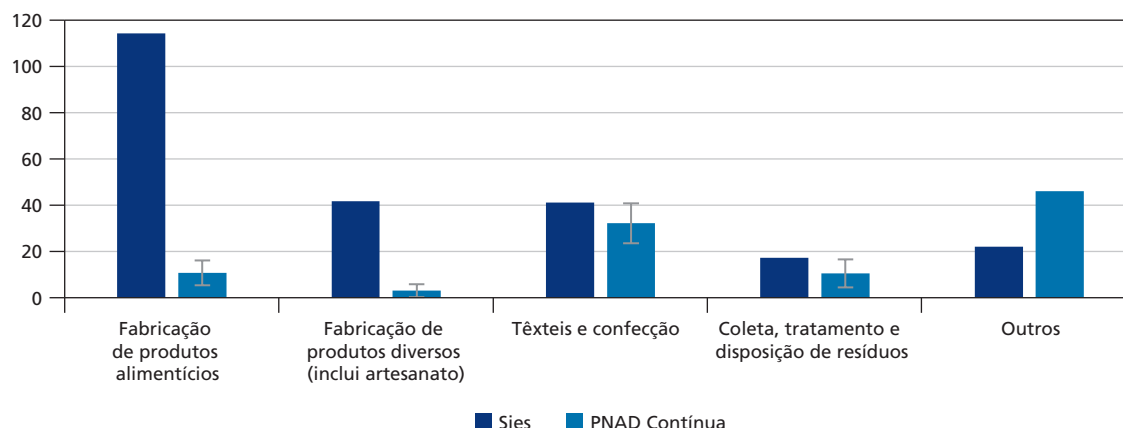
Elaboração do autor.

Se de um lado, verifica-se na PNAD Contínua a presença de sócios de cooperativas mais estruturadas, percebe-se também a ausência de sócios de empreendimentos menos estruturados. A desagregação dos dados do setor industrial permite perceber essa diferença com mais detalhes.

GRÁFICO 11

Comparação entre mapeamento e PNAD por divisão da indústria

(Em 1 mil pessoas)

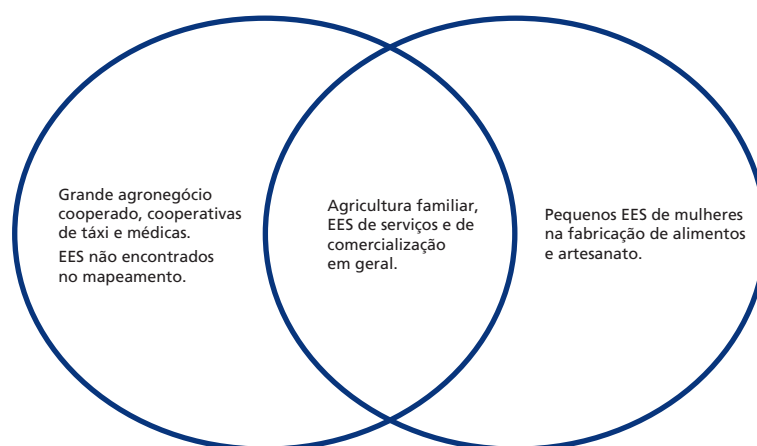


Fontes: PNAD Contínua/IBGE e Sies/MTE.
Elaboração do autor.

Percebe-se assim uma dupla invisibilização das mulheres associadas na PNAD Contínua. De um lado, verifica-se o problema estrutural da não consideração da participação da mulher no associativismo agrícola. De outro, verifica-se a invisibilização do associativismo de atividades predominantemente femininas, como o artesanato e a fabricação de produtos alimentícios, o que pode estar relacionado ao caráter de complementação de renda dessas atividades, e merece ser tema de futuros estudos.

Dessa forma, constata-se que, ao passo que existe uma proximidade importante entre os públicos das duas pesquisas, há, na PNAD Contínua, tanto “pontos cegos” quanto casos não aderentes ao que se convencionou entender como economia solidária, conforme representado na figura 2.

FIGURA 2

Pontos de intersecção e divergências entre PNAD Contínua e Sies

Elaboração do autor.

Frente a essa realidade, o desafio seria o de encontrar métodos para diferenciar aqueles trabalhadores associados que não se enquadrariam nos conceitos de economia solidária e garantir que a PNAD Contínua capture informações de trabalhos associativos desenvolvidos por mulheres que até hoje aparecem invisibilizados.

6 CONCLUSÃO: SUGESTÕES PARA A RETOMADA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Há vinte anos, quando foi criada a Senaes, era necessário comprovar e visibilizar a existência de um conjunto de trabalhadores cuja lógica e formato de organização diferia da economia convencional e consensuar critérios e definições operativas para o reconhecimento dos coletivos e das organizações destes trabalhadores.

Nesse momento foi necessário um amplo processo de debate e construção coletiva, bem como uma mobilização capilarizada no Brasil inteiro para se identificar e promover o reconhecimento de EES. Hoje, até mesmo como fruto desse trabalho, se verifica mais reconhecimento na sociedade e entre os gestores em relação ao significado da economia solidária, o que se materializa inclusive na presença de uma série histórica sobre trabalho associado na PNAD Contínua e na presença ininterrupta, desde 2009, de uma seção sobre economia solidária no Boletim do Mercado de Trabalho (BMT) do Ipea.

Nesse contexto, propõe-se que contribuir para o avanço da institucionalização da política pública e a reconstituição do Sies implica aproveitar o acúmulo do processo participativo e organizativo do período anterior e integrá-lo aos avanços institucionais conquistados e consolidados nos últimos vinte anos. Mais concretamente, propõe-se que, em sua retomada, a comissão gestora do Cadsol (local de definição dos parâmetros e procedimentos para reconhecimento oficial dos empreendimentos que atendem aos critérios coletivamente definidos) estabeleça interlocução com o IBGE para verificar a possibilidade de aperfeiçoamentos na aplicação do questionário da primeira visita da PNAD Contínua.

A comparação sistemática apresentada neste estudo buscou demonstrar que esforços incrementais poderão resultar na construção de um mecanismo publicamente reconhecido de captação de resultados anuais a respeito dos trabalhadores que fazem parte da economia solidária, servindo como instrumento de orientação e monitoramento das políticas públicas, bem como para a demonstração das vantagens do associativismo e contraposição ao discurso individualista e atomizante.

Essa proposta poderia ser viabilizada com a constituição de GT com representantes do MTE, do CNES, do IBGE e do Ipea para avaliação dos resultados obtidos até o momento na PNAD Contínua, considerando os aspectos descritos a seguir.

- 1) Avaliação da possibilidade de inclusão de uma pergunta extra a respeito do reconhecimento da gestão democrática para os trabalhadores que declaram participar de empreendimentos associativos, de forma a diferenciá-los.
- 2) Realização de diagnóstico a respeito da invisibilidade dos pequenos empreendimentos associativos de participação majoritariamente feminina.
- 3) Avaliação da consistência da resposta a perguntas relacionadas à caracterização do estabelecimento de exercício dos trabalhadores, como formalização e quantidade de associados.

No contexto de aprovação da lei que institui a PNES, tais medidas poderiam contribuir para a construção e institucionalização de indicadores de trabalho associados nas estatísticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, D.; CONTI, B. O comércio justo e solidário na política pública federal: histórico e perspectivas. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010**. Brasília: MTE, 2012.

CUNHA, G. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Trabalho e renda. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 31, 2024.

KUYVEN, P. S.; GAIGER, L. I.; SILVA, S. P. Aspectos sociolaborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

LEMAITRE, A.; RICHER, M. La economía solidaria y el Estado en América Latina: las dinámicas contrastadas de Brasil y Venezuela. **Cayapa – Revista Venezolana de Economía Social**, v.15, n. 29, p. 39-58, 2015.

MORAES, G. M. P. de *et al.* A relevância da mensuração da economia social e solidária no Brasil: considerações inspiradas no caso espanhol. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 70, p. 143-157, 2024.

MORAIS, L. P. A internacionalização da economia social e solidária no âmbito da Organização das Nações Unidas: uma breve retrospectiva. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 72, p. 189-198, 2021.

MOTTA, E. **Trajetórias e transformações no mundo da economia solidária**. 2010. 294 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OGANDO, C. **As fronteiras da economia solidária**: uma análise a partir do mapeamento nacional. 2013. (Cadernos de Extensão IHU).

PATEO, F. **Economia política das políticas públicas de economia solidária**: recursos mobilizados e tentativas de transformação institucional no Brasil e no Equador. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PATEO, F.; MONTAGNER, P. Construção de justiça social baseada em evidências estatísticas: relato da XXI Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 77, p. 82-91, 2024.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020a.

SILVA, S. P. Dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b.

SILVA, S. P. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). **RBEST – Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 3, e021020, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.15938>.

SILVA, S. P.; MORAIS, L. P.; SANTOS, D. S. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 70, p. 214-228, 2020.

